

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 22/2025****UASG: 987541****INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** 2.485/2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Equipe de Planejamento:** Ana Caroline Santini, Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima
- **Data de Elaboração:** 25/8/2025

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos atua diretamente com a execução de serviços, programas e ações voltadas à proteção de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No exercício dessa responsabilidade pública, uma das necessidades permanentes identificadas é a de garantir o fornecimento regular de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, com o objetivo de atender demandas específicas e inadiáveis que surgem no cotidiano dos atendimentos.

No município, existe apenas uma unidade de acolhimento institucional destinada a crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida de proteção. Esses acolhidos estão sob responsabilidade direta do poder público, o que impõe à administração municipal o dever de assegurar, entre outras garantias básicas, a oferta contínua de alimentação segura, equilibrada e adequada às faixas etárias atendidas. Tal necessidade está em consonância com o princípio da proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), sendo inegociável frente ao interesse público envolvido. A interrupção ou precarização dessa oferta impactaria diretamente a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento dos acolhidos, além de configurar omissão estatal frente a uma obrigação legal e constitucional.

Paralelamente, a Secretaria desenvolve, de forma sistemática, grupos de acompanhamento com famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, como parte da Proteção Social Básica. Esses grupos, que abrangem desde beneficiários do Programa Bolsa Família até usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), representam uma estratégia essencial de acesso a direitos, fortalecimento da autonomia e reconstrução de vínculos comunitários e familiares. No entanto, a realidade social de boa parte do público atendido revela altos índices de insegurança alimentar, privação de renda e dificuldade de acesso a itens básicos para sobrevivência.

Dentro desse contexto, a disponibilização de lanches durante os encontros de grupo tem se mostrado uma prática eficaz e necessária, não apenas para suprir carências alimentares pontuais, mas também como elemento de incentivo à permanência dos usuários nas atividades ofertadas. Trata-se de uma ação planejada, com função social relevante, que contribui para a adesão às ações continuadas da política pública e que reconhece, de forma concreta,



as limitações enfrentadas por quem vive em vulnerabilidade. Mais do que um benefício eventual, a presença de alimentos nesses espaços funciona como um fator de acolhimento, de cuidado e de respeito à dignidade dos sujeitos atendidos.

Somam-se a isso os eventos e mobilizações realizados periodicamente pela Secretaria, voltados à sensibilização comunitária, ao enfrentamento de desigualdades e à promoção de direitos. Nesses contextos, a oferta de alimentos também se vincula ao acolhimento do público e à garantia de que todos os participantes, independentemente de sua condição socioeconômica, possam estar presentes em igualdade de condições, superando barreiras materiais e simbólicas que frequentemente afastam as populações mais vulneráveis das ações estatais.

Assim, a necessidade de alimentos perecíveis e não perecíveis surge como um insumo indispensável ao cumprimento dos objetivos finalísticos da Política de Assistência Social no município. Ela está diretamente vinculada à manutenção de serviços essenciais, à promoção da segurança alimentar de públicos em situação de risco e à efetivação do princípio da dignidade humana, que deve nortear todas as ações da gestão pública.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Diante da necessidade permanente e essencial de disponibilização de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos, foi realizada uma análise crítica e fundamentada das alternativas existentes para o atendimento da demanda pública identificada. Esta análise tem por objetivo garantir que a solução escolhida esteja alinhada aos princípios da economicidade, da eficiência, da continuidade do serviço público e, sobretudo, da legalidade e do dever do Estado em garantir direitos fundamentais.

Inicialmente, foi considerada a possibilidade de celebrar parcerias com organizações da sociedade civil, nos moldes previstos pela Lei nº 13.019/2014. Contudo, tal hipótese mostrou-se inviável frente à realidade local. As poucas entidades existentes no município com atuação social voltada a públicos vulneráveis já enfrentam graves dificuldades para se manterem ativas, dependendo rotineiramente de campanhas de arrecadação, rifas e doações para garantir sua própria subsistência. Essas organizações, embora exerçam papel relevante na rede de proteção social complementar, não possuem estrutura financeira, logística e operacional para assumir o compromisso contínuo e sistemático de fornecimento de alimentos, tampouco dispõem de condições mínimas para gerenciar estoques, realizar compras regulares, atender padrões nutricionais ou cumprir cronogramas de entrega que garantam o abastecimento diário necessário à política pública de assistência social.

Além disso, cabe destacar que, mesmo que houvesse entidades aptas e estruturadas, essa alternativa seria limitada pela natureza da demanda e pelo dever indelegável do poder público. A alimentação de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, por exemplo, constitui obrigação direta, intransferível e contínua da administração pública, conforme o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que impõe ao Estado o dever de



assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde e à alimentação. Da mesma forma, a garantia de condições mínimas de permanência de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade nos grupos de acompanhamento, mediante o oferecimento de lanches, não pode ser transferida a entes privados sob pena de desresponsabilização do Estado e descaracterização da própria política pública.

Foi ainda analisada a possibilidade de o fornecimento de alimentos ser viabilizado por meio de doações regulares de supermercados, padarias, entidades filantrópicas e demais parceiros privados. Embora tais doações sejam bem-vindas como forma pontual de apoio à rede socioassistencial, elas não oferecem qualquer previsibilidade, padronização, regularidade ou garantia de atendimento das quantidades e especificidades nutricionais necessárias. A administração pública não pode condicionar a execução de serviços essenciais à eventualidade da caridade privada. Apoiar-se nesse modelo traria grave risco de descontinuidade do atendimento, além de configurar fragilidade institucional e omissão administrativa diante de direitos constitucionalmente assegurados.

Outra alternativa cogitada foi a centralização total do fornecimento de alimentos por meio da estrutura administrativa da própria Secretaria, com aquisição em atacado, estocagem e distribuição interna. Essa hipótese também foi descartada, por ser operacional e economicamente inviável. A Secretaria não dispõe de espaço físico adequado para armazenamento seguro e climatizado de grandes volumes de alimentos, especialmente os perecíveis, tampouco possui equipe técnica ou de apoio com qualificação e disponibilidade para realizar os processos logísticos necessários, tais como separação, controle de validade, entrega fracionada e manutenção de padrões sanitários. A implementação desse modelo exigiria investimentos elevados em infraestrutura, contratação de pessoal e ampliação da estrutura administrativa, o que contraria os princípios da economicidade e da proporcionalidade diante de uma demanda que pode ser atendida de forma mais eficaz por outras vias.

Diante de todas as alternativas analisadas, a única solução viável, técnica e economicamente justificável, é a aquisição direta dos gêneros alimentícios pela administração pública, com fornecimento regular mediante cronograma pactuado, conforme as necessidades específicas e contínuas dos serviços socioassistenciais. Essa escolha está plenamente respaldada não apenas pela análise de viabilidade técnica e econômica, mas também pela obrigação legal do Estado de prover, com regularidade e qualidade, os meios necessários para a proteção social dos cidadãos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade, como previsto na Constituição Federal (art. 6º e art. 23, inciso II), na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) e na Lei nº 14.133/2021.

Trata-se, portanto, de uma escolha que se impõe não por conveniência, mas por exigência jurídica, ética, técnica e administrativa, representando a solução mais racional, eficiente e segura para garantir o cumprimento dos objetivos da Política de Assistência Social no município de Dois Vizinhos.

Nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006, faz-se necessária a análise sobre o enquadramento da atividade de aquisição de alimentos – está enquadrada entre as hipóteses abrangidas pelo regime do Simples Nacional. A legislação estabelece que o Simples Nacional é um regime



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

tributário simplificado destinado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), desde que suas atividades não estejam entre aquelas vedadas pela lei.

No caso em análise, a aquisição de alimentos, atividade que, por si só, não configuram vedações explícitas ao enquadramento no Simples Nacional, conforme as disposições da Lei Complementar nº 123/2006. Assim, empresas optantes por este regime tributário podem participar do certame, desde que atendam aos critérios de capacidade técnica e operacional estabelecidos no edital. Com base nisso, o edital será redigido para garantir ampla concorrência, observando os princípios da isonomia e competitividade, permitindo a participação de empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, desde que atendam aos requisitos legais. A redação do edital assegura a verificação do enquadramento tributário das empresas participantes, sem prejuízo de eventual impedimento, caso se identifique vedação específica ao regime do SIMPLES.

Portanto, conclui-se que a aquisição de alimentos pode ser realizada com empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, desde que cumpram as condições legais, não havendo impedimentos que comprometam a legalidade ou competitividade do certame. Assim, a redação adotada no edital é justificada e está em conformidade com os dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

O parcelamento da contratação justifica-se pela natureza da demanda e pela própria característica dos itens a serem adquiridos, que envolvem gêneros alimentícios diversos, com diferentes prazos de validade, formas de acondicionamento, rotinas de consumo e frequências de uso. Considerando que os alimentos perecíveis exigem entrega em menor escala e com maior regularidade, e que os não perecíveis podem ser adquiridos em quantidades maiores e com menor frequência, a divisão da contratação em lotes compatíveis com essas especificidades permite melhor planejamento logístico, redução de perdas por vencimento ou deterioração e maior eficiência na utilização dos recursos públicos. Além disso, o parcelamento estimula a competitividade entre fornecedores, possibilitando a participação de empresas de pequeno porte ou com especialização em determinados grupos de produtos, sem prejuízo à economicidade e à padronização da qualidade. A medida está em plena conformidade com os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência, assegurando o atendimento integral das necessidades da Secretaria sem comprometer a continuidade dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

As quantidades estimadas para compra, levam em conta o histórico de requisições e contratações desta Secretaria, bem como uma reformulação dos números de alguns itens, uma vez que recentemente foi feita uma revisão de todos os descritivos dos produtos, sendo que alguns sofreram mudanças de gramatura, o que impacta nas quantidades. No tocante ao dimensionamento realizado no Pregão Eletrônico nº 44/2025, aberto em 06 de junho, cabe



esclarecer que, embora os quantitativos tenham sido estimados com base em parâmetros objetivos e na média histórica de consumo, a execução do contrato demonstrou que o saldo disponibilizado não foi suficiente para atender à demanda crescente.

Houve um expressivo aumento na procura pelos serviços contratados, decorrente da ampliação do número de usuários atendidos e da intensificação das atividades desenvolvidas nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. O aumento da área de abrangência, associado à inserção de novas turmas e ao fortalecimento das ações já existentes, resultou em um consumo superior ao inicialmente previsto. Assim, o saldo contratual da licitação anterior se esgotou em curto espaço de tempo, situação que impôs a necessidade de nova contratação. A nova licitação decorre, de forma exclusiva, da inadequação dos quantitativos frente ao crescimento da demanda e às novas atividades programadas pela política de assistência social.

Portanto, a abertura de novo procedimento licitatório é medida necessária para assegurar a continuidade dos serviços, garantir a regularidade do atendimento aos usuários e dar suporte às ações de expansão previstas no âmbito do SCFV.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021);

Estimasse o valor da contratação em **R\$ 820.367,60** (oitocentos e vinte mil reais, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos), tendo em vista os valores do edital de pregão eletrônico nº 066/2023, acrescido da inflação acumulada nos últimos 24 meses, bem como valores do pregão nº 90044/2025.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)

Risco Identificado	Dano Potencial	Ações Preventivas	Ações de Contingência
Inadimplemento ou atraso na entrega dos alimentos	Desabastecimento para os acolhidos e grupos, comprometendo o atendimento social	Exigir cronograma detalhado, habilitação técnica e previsão de penalidades no edital	Aplicar penalidades contratuais, convocar o segundo colocado ou promover nova contratação emergencial
Fornecimento de alimentos fora do padrão de qualidade	Risco sanitário, perda de alimentos, prejuízo à saúde dos usuários	Estabelecer critérios rigorosos de qualidade e validade no termo de referência; fiscalização na entrega	Rejeição imediata dos produtos, substituição às custas da contratada, acionamento da vigilância sanitária



Oscilação de preços no mercado alimentício	Risco de inexecução ou abandono do contrato	Realizar ampla pesquisa de preços atualizada e considerar margens realistas de variação	Reequilíbrio econômico-financeiro, se cabível, ou novo procedimento licitatório
Dificuldades logísticas do fornecedor	Atrasos nas entregas e falhas na distribuição conforme demanda	Exigir capacidade operacional mínima, cronograma escalonado e logística adaptada no edital	Reprogramação emergencial com fornecedores locais, ou aquisição complementar emergencial
Estocagem inadequada por parte da administração	Perda de produtos, vencimento e descarte	Planejamento de entregas fracionadas conforme capacidade de armazenamento	Readequação do cronograma de entregas e redistribuição interna
Ausência de competitividade no certame	Preço elevado e risco de deserto ou fracasso da licitação	Lotes bem estruturados, especificações claras e ampla divulgação	Redefinição dos lotes ou relançamento do certame com ajustes técnicos

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução consiste na aquisição planejada e contínua de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis pela administração pública, com entrega fracionada conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, a fim de atender de forma segura, regular e adequada as demandas específicas da política pública de assistência social no município de Dois Vizinhos. Os alimentos serão destinados, prioritariamente, à oferta diária de refeições para crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, bem como à preparação de lanches servidos nos grupos de acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, e ainda aos eventos e mobilizações promovidos pela Secretaria, em que a alimentação se constitui como instrumento de acolhimento, incentivo à participação e fortalecimento dos vínculos comunitários. Trata-se de uma solução que assegura o cumprimento de obrigações legais do poder público e promove a dignidade dos usuários do SUAS, garantindo a efetividade e a continuidade dos serviços ofertados.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:**

Devido à natureza da contratação, como qualificação técnica serão exigidos os seguintes documentos de habilitação:

- a) Licença Sanitária ou Alvará Sanitário em plena validade.**

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)

Licença Sanitária: A apresentação de licença sanitária válida é uma exigência que visa assegurar que os fornecedores estão em conformidade com as normas de saúde e segurança alimentar estabelecidas pelos órgãos competentes. A inclusão de itens alimentícios requer rigor no cumprimento de padrões sanitários para evitar contaminações e prejuízos à saúde dos beneficiários. Essa exigência também assegura que os fornecedores possuem instalações adequadas, sejam elas para armazenamento ou manuseio dos produtos, promovendo a confiança na qualidade dos alimentos entregues.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

A aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, por si só, não configura atividade de significativo impacto ambiental, uma vez que se trata de fornecimento de bens de consumo cotidiano, com características padronizadas e amplamente disponíveis no mercado. No entanto, é possível reconhecer que determinadas etapas do processo, como o transporte dos produtos, o uso de embalagens plásticas descartáveis e o descarte inadequado de resíduos alimentares ou materiais de acondicionamento, podem gerar impactos ambientais indiretos.

Entre os possíveis impactos estão: o aumento na geração de resíduos sólidos (principalmente embalagens plásticas, papelão e isopor), o consumo de combustíveis fósseis durante a logística de entrega (com emissão de gases de efeito estufa), e o descarte inadequado de alimentos vencidos ou deteriorados, que pode gerar contaminação do solo e da água se não forem observadas as normas de manejo e descarte correto.

Como medidas mitigadoras, a Secretaria adotará práticas de controle no recebimento e no armazenamento dos produtos, assegurando o cumprimento rigoroso dos prazos de validade e das condições sanitárias, com vistas a minimizar perdas e desperdícios. Sempre que possível, será priorizada a aquisição de produtos com embalagens recicláveis e/ou biodegradáveis, e será recomendada a fornecedores a utilização de embalagens com menor volume de material não reciclável. Quanto à destinação de resíduos, os alimentos impróprios para o consumo humano serão descartados de acordo com as orientações da vigilância sanitária e da política municipal de resíduos sólidos, buscando parcerias com o setor de agricultura ou instituições que possam



reaproveitar orgânicos para compostagem, quando viável. Já as embalagens serão devidamente separadas e encaminhadas à coleta seletiva, conforme as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a política ambiental local.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Com a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, espera-se garantir a oferta contínua e adequada de refeições às crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, bem como a preparação de lanches servidos nos grupos de atendimento socioassistencial e nos eventos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Os resultados pretendidos incluem: assegurar o cumprimento das obrigações legais do poder público no que se refere ao direito à alimentação (especialmente no âmbito do acolhimento institucional), promover a permanência e participação qualificada das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade nos grupos de acompanhamento, além de fortalecer o acolhimento e a inclusão social por meio da oferta de alimentos nos eventos públicos da pasta. Espera-se, ainda, maior eficiência no uso dos recursos públicos, com planejamento adequado da demanda, minimização de perdas e garantia de qualidade nutricional e sanitária dos produtos consumidos.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)

O regime de fornecimento será o de bens de natureza contínua, uma vez que a demanda por gêneros alimentícios apresenta caráter permanente e prolongado, vinculada às rotinas de preparo e oferta de refeições nos serviços públicos. A adoção do fornecimento contínuo possibilita que as entregas sejam realizadas de forma programada e fracionada, conforme cronograma definido pela Administração, assegurando a reposição constante dos estoques, a preservação da qualidade e do frescor dos produtos, especialmente os perecíveis, e evitando perdas decorrentes do vencimento do prazo de validade. Além disso, esse regime permite maior controle sobre as quantidades adquiridas, garantindo que o abastecimento seja ajustado às necessidades efetivas de cada período.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Nesta fase de planejamento da contratação, não foram vislumbradas necessidades de providências específicas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Fiscal Recebimento/Execução:	de	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:		Não há necessidade
Suplentes:		Juanita Fatima de Mattos

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não existem contratações correlatas ou interdependentes ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

15. ALINHAMENTO COM O PCA (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024, atualização: 25/10/2024
- III) Id do item no PCA: 3008 a 3137
- IV) Classe/Grupo: Gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis Assistência Social.
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-211/2025

O Identificador da Futura Contratação nº 987541-211/2025 consta também vinculado ao PE nº 44/2025, publicado em 06/06/2025, em razão da utilização do mesmo plano de compras (ID PCA 76205640000108-0-000001/2025, itens 3008 a 3137). Ocorre que, em virtude do esgotamento do saldo contratual e do expressivo aumento na demanda dos serviços da Assistência Social, tornou-se necessária a abertura de novo certame, utilizando o mesmo agrupamento de itens do PCA, já aprovado e publicado no PNCP. Ressalta-se que não houve duplicidade de planejamento, mas sim reaproveitamento do identificador vinculado à mesma natureza de despesa e objeto, visando assegurar a rastreabilidade do processo e a continuidade da execução dos serviços

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia



Os bens a serem adquiridos, como leite, arroz, feijão, frutas, hortaliças, carnes, pães, bolachas, sucos e outros gêneros alimentícios de consumo cotidiano são classificados como bens comuns, conforme o disposto no inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, que os define como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.” Trata-se de produtos amplamente disponíveis, com características padronizadas, cujos requisitos podem ser claramente descritos no termo de referência, permitindo julgamento objetivo das propostas e ampla competitividade entre fornecedores. A adoção dessa classificação assegura simplicidade processual, economicidade e respeito aos princípios da legalidade, eficiência e isonomia no âmbito da contratação pública.

- (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O fornecimento de gêneros alimentícios deve ser classificado como fornecimento contínuo, pois a demanda é de caráter permanente e ininterrupto, vinculada às atividades rotineiras da Administração Pública, como a preparação diária de refeições em unidades de acolhimento, serviços assistenciais, programas sociais e demais setores que necessitam de abastecimento regular. A natureza desses bens exige reposição constante, sob pena de prejuízo imediato à execução dos serviços públicos essenciais, o que reforça a necessidade de entregas programadas e sucessivas ao longo da vigência contratual.

O enquadramento como fornecimento contínuo evita desperdícios e perdas por vencimento, assegura a qualidade dos produtos, especialmente os perecíveis, e permite ajustar as quantidades às necessidades efetivas em cada período. Além disso, essa forma de fornecimento garante maior eficiência administrativa, possibilitando o planejamento de estoques, a redução de custos operacionais e o melhor aproveitamento de recursos

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Considerando a natureza do objeto em análise, qual seja, o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios, não se justifica a exigência de garantia contratual. Trata-se de bens classificados como comuns, com ampla oferta no mercado, características padronizadas e de fácil aquisição, cujos riscos de inadimplemento ou prejuízo à Administração são reduzidos.

A exigência de garantia, neste caso, representaria ônus adicional às empresas participantes, em especial microempresas e empresas de pequeno porte, podendo restringir a competitividade e afastar potenciais fornecedores locais, sem agregar efetiva segurança à execução do contrato. Ademais, a Administração dispõe de outros mecanismos de controle e proteção, como a fiscalização do recebimento dos bens, a exigência de entrega em conformidade com as especificações editalícias e a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 em caso de descumprimento.



Dessa forma, diante da baixa complexidade do objeto, da ampla disponibilidade no mercado e do reduzido risco de inadimplemento, conclui-se pela dispensa da exigência de garantia da contratação, medida que prestigia a economicidade, amplia a participação de fornecedores e contribui para o alcance da proposta mais vantajosa para a Administração.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante de todo o exposto, conclui-se pela plena viabilidade da contratação, uma vez que se trata de demanda essencial e contínua da política pública de assistência social, necessária ao cumprimento de obrigações legais e constitucionais do município, especialmente no que se refere à proteção integral de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e à garantia da segurança alimentar de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade atendidos pelos serviços socioassistenciais.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)

- (x) Pregão, (x) Tradicional () SRP
- () Concorrência, () Tradicional () SRP
- () Concurso
- () Leilão
- () Dialogo Competitivo

Contratação Direta:

- () Dispensa () com disputa () sem disputa
 - () Inexigibilidade de licitação. Art. 74, inciso III, alínea F
- Critério de julgamento: Notoriedade.
- Modo de disputa: Não se aplica.
- Caráter do orçamento estimado NÃO é sigiloso.

Critério de julgamento:

- (x) menor preço
- () melhor técnica ou conteúdo artístico
- () técnica e preço
- () maior retorno econômico
- () maior desconto
- () maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- (x) Aberto
- () Fechado
- () Aberto e Fechado
- () Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- () SIM



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

☒ NÃO

21. FONTE DE RECURSOS

- ☒ Recursos Próprios
☐ Recursos Estaduais
☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 25 de agosto de 2025.

Cátia Bonin
Secretária de Assistência Social e Cidadania
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19025-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A397-9C02-596A-97D4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **BIANCA CRISTINA SCHREIBER** (CPF 085.XXX.XXX-35) em 21/10/2025 09:42:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **CÁTIA BONIN** (CPF 007.XXX.XXX-46) em 21/10/2025 10:20:35 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **ANA CAROLINE SANTINI** (CPF 107.XXX.XXX-36) em 21/10/2025 10:21:20 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **ROSILEI DE GODOIS** (CPF 003.XXX.XXX-50) em 21/10/2025 15:00:20 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **MATEUS JOÃO CORDEIRO SCHMOELLER DE LIMA** (CPF 102.XXX.XXX-51) em 22/10/2025 14:46:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **JUANITA FATIMA DE MATTOS** (CPF 049.XXX.XXX-80) em 24/10/2025 09:08:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/A397-9C02-596A-97D4>